

ESCRITAS DA HISTÓRIA CULTURAL: Michel Foucault e Michel De Certeau*

Renilson Rosa Ribeiro**

RESUMO: Escritas da História Cultural: Michel Foucault e Michel De Certeau
– Este artigo analisa as concepções de história e do ofício do historiador presentes nos estudos de Michel Foucault e Michel de Certeau. Ambos os historiadores têm sido importantes referências no debates historiográficos sobre a História Cultural nas últimas décadas.

Palavras-chave: História Cultural, Escrita, Teoria.

ABSTRACT: Cultural History Writting: Michel Foucault and Michel De Certeau
– This paper aims to analyzing the history concepts and historian's role developed by Michel Foucault and Michel De Certeau on their studies. Both historians have been major references in historiographic debates about Cultural History during the previous decades.

KEYWORDS: Cultural History, Writting, Theory.

1) A pergunta que não quer calar: *O que é História (Cultural)?*

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa: mas saber se é possível constituir uma nova política de verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade.

Michel Foucault

Quer se trate do jornal ou de Proust, o texto só tem sentido graças aos leitores; muda com eles, ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam. Ele só se torna texto através de sua relação com a exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de ardis entre duas expectativas combinadas: aquela que organiza um espaço legível (uma literalidade) e aquela que organiza uma diligência, necessária à efetuação da obra (uma leitura).

Michel De Certeau

* Este artigo foi elaborado a partir dos questionamentos e leituras realizados ao longo da disciplina *Tópicos Especiais em História Cultural*, oferecida pelo Professor Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, durante o segundo semestre de 2005 para o Programa de Pós-graduação em História do IFCH/UNICAMP. Gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos ao professor Pedro Paulo Funari pela leitura minuciosa deste artigo, assim como a sua sugestão de publicá-lo. Sou grato às sugestões e comentários do velho amigo Mairon Escorsi Valério. Contudo, devo ressaltar que as idéias aqui presentes são de inteira responsabilidade do autor.

** Mestre e Doutorando em História Cultural – IFCH/UNICAMP; Professor do Departamento de História – UNEMAT *Campus* Cáceres; Membro da Secretaria Executiva da *Revista Anais*, uma publicação da área de História Cultural do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP.

A historiografia tem passado, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, por transformações e reformulações, em um processo de ruptura e adequações frente a si própria e as outras Ciências Humanas (Antropologia, Filosofia, Linguística e Teoria Literária). A *falência* dos modelos analíticos como o Marxismo ortodoxo e a ascensão da Nova História têm estimulado o aparecimento de *múltiplas* abordagens, métodos e alianças interdisciplinares que pareceram, para alguns, o esfacelamento da História e até mesmo o seu fim como uma forma de conhecimento específico (Cf. DOSSE, 1992) e, para outros, a ampliação das suas fronteiras e o enriquecimento e sofisticação de seus problemas, objetos e abordagens (Cf. HUNT, 2001).

As alianças feitas dos *seguidores* de *Clio* principalmente com a Antropologia e a Linguística provocaram reações diversas, desde a sombra de um distanciamento do sentido da História até a adoção total da História como uma forma de literatura, submetida inclusive às teorias da linguística e da teoria literária. Entretanto, essa aproximação não deve ser considerada apressadamente como um transtorno ou uma deformação (um ato de vandalismo dentro do *Templo Sagrado* da História), pois, afinal, as contribuições da *interdisciplinaridade* já haviam sido citadas pelos historiadores fundadores da Escola dos Annales e a preocupação com aspectos culturais, incentivada pela Antropologia, permitiu uma nova possibilidade de compreensão da História enquanto disciplina, indo além das práticas sociais, dando-lhes outros sentidos (Cf. BURKE, 1990).

Na esteira dos debates sobre as tendências da História e da historiografia, a chamada “nova” História Cultural, amparada nos estudos literários e antropológicos, aparece, a partir dos anos sessenta e setenta, com os escritos de Michel Foucault, Hayden White e Michel de Certeau entre outros, como uma forte crítica das concepções então vigentes de se fazer história dentro dos meios acadêmicos, apresentando questionamentos sobre a validade do método histórico, sobre a verdade e a ficção, além dos debates centrados na escrita da História (Cf. BURKE, 2005).

Estes questionamentos podem ser identificados em trabalhos como os de Michel de Certeau. Em *A Escrita da História* (2000 [1975]), o autor lança perguntas que levam os profissionais da área a refletirem sobre o seu *metier*:

O que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas alas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão? (DE CERTEAU, 2000: 65).

A partir deste contexto de mudanças de paradigmas no ofício do historiador, o presente ensaio apresenta-se com o objetivo de pensar como a questão da verdade tem sido abordada pelos historiadores Michel Foucault e Michel de Certeau nas suas maneiras de *pensar, sentir e interpretar* o mundo.

2) Escritas da História

Na opinião de Peter Burke, não há ainda uma concordância entre os historiadores sobre o que constitui a História Cultural, menos ainda sobre o que constitui o conceito de cultura. Para o autor,

Há mais de quarenta anos, dois estudiosos americanos começaram a mapear as variações do emprego do termo em inglês, e reuniram mais de duzentas definições concorrentes. Levando-se em conta outras línguas e as últimas quatro décadas, seria fácil reunir muito mais. Portanto, na busca de nosso tema talvez fosse adequado adaptar a definição de homem dos existencialistas e dizer que a história cultural não tem essência. Só pode ser definida em termos de nossa própria história (BURKE, 2000:13).

As dificuldades e os problemas de se definir esta área de conhecimento podem ser notados no ensaio de Richard Biernacki quando este observa a incapacidade de demonstração efetiva da contribuição autônoma da cultura dentro da História. Dizer que tudo é cultural, na sua leitura, não responde à pergunta. Além disso, o autor acusa os historiadores que se autoproclamam filiados à História Cultural de continuarem a realizar análises da chamada História Social (BIERNACKI, In: BONNELL & HUNT, 1999: 68).

Se analisarmos de forma detalhada a trajetória intelectual de muitos dos historiadores da cultura poderemos identificar essas mesmas dificuldades e problemas. As afirmações parecem sempre provisórias e sujeitas aos ventos que sopram de diversas direções principalmente pelo fato da história cultural ainda não está estabelecida de maneira muito sólida, pelo menos no sentido institucional. As idas e vindas feitas pelos autores demonstram não só as dificuldades conceituais, teóricas e metodológicas, mas também a luta pela conquista ou preservação de espaço dentro da academia.

Muitas vezes, estas preocupações levam até mesmo ao medo do fim da disciplina. O questionamento da cientificidade da História, como propõem muitos teóricos como Michel Foucault e Hayden White, tem assustado aqueles que até então se sentiam confortáveis com suas verdades. Abandonar o conforto do lar (fórmulas prontas de se pensar a história) nunca foi tão difícil quanto nestes tempos pós-modernos.

O historiador Mark Poster, em *Cultural History and Postmodernity* (1997), consegue mapear estas idas e vindas de forma lapidar nos debates historiográficos dos últimos trinta anos. A grande questão que percorre essas discussões, para ele, nem sempre tranquilas, é a relação entre pesquisa histórica e a noção de verdade ou, dito em outras palavras, a relação *texto e contexto*.

Ao longo do livro, Poster analisa as mais diversas posições sobre a relação texto e contexto entre os *historiadores agentes* (sociais) e *historiadores textuais* (culturais) e destes últimos entre si.

O medo e a insegurança parecem rondar as páginas de livros e artigos escritas sobre o assunto por vários profissionais da área. A preocupação com o futuro da

história parece fadada ao seu fim para os mais alarmistas. Outros fazem severas acusações da invasão das fronteiras até então seguras de *modismos* ou *-ismos* vindos de outras áreas (Cf. STONE, 1991). Há ainda aqueles que cobram o retorno da verdade, o tesouro perdido, na história, lançando uma campanha desesperada em defesa da disciplina contra as ameaças pós-modernas (Cf. APPLEBY ET AL, 1994). Há alguns que minimizam ou ridicularizam as suas proposições dizendo que os tijolos e os alicerces da Casa são suficientemente resistentes para suportar os sopros do faminto *Lobo-Mau pós-moderno*.

Mas o que seriam as ameaças pós-modernas (história cultural)? Seria realmente o fim da história? A estas perguntas e outras que vão emergindo ao longo do debate Poster nos oferece uma visão bem estruturada e aprofundada.

Evidenciamos na estratégia analítica de Poster a problematização de conceitos-chave para se pensar a história da disciplina como tempo, verdade, sujeito (“universal”), discurso, subjetividade e experiência. Além disso, ele destaca de maneira sóbria as contribuições de Foucault para repensar estes conceitos (Cf. POSTER, 1997).

Nessa perspectiva, fica cada vez evidente que para a história, que pensava poder revelar a realidade única do passado, a linha da continuidade temporal era absolutamente necessária, uma vez que legitimava uma imagem apaziguadora deste. O passado, esse tesouro de verdades, estava lá, bem demarcado do presente como coisa, provavelmente num baú, guardado num arquivo, fixo, organizado, estável, à espera de ser resgatado, recuperado, tirado da penumbra do esquecimento, libertado em sua pureza e integridade dos “véus” da ideologia e, logo, redimido. O *passado-coisa*, ou seja, o *real* (a verdade) podia ser conhecido em sua essência, desde que tivéssemos a metodologia cientificamente correta.

Obviamente, toda essa linha de pensamento tinha a ver com o que se almejava do estudo da História, com o que se entendia como sendo sua principal utilidade e com a concepção de domínio. Segundo Rago,

O saber histórico assim construído e valorizado permitia, de um lado, apontar para um futuro seguro; de outro, garantia nossa continuidade numa linha do progresso, revelando nossa ‘nobre’ origem, mostrando como havíamos evoluído desde a infância, identificada com os ‘negros’ (RAGO, In: DE ROSSI & ZAMBONI, 2003: 32).

Nessa concepção de história, o historiador buscava o passado tendo em vista extrair em pilhas e mais pilhas de documentos lições e respostas para o presente. A História tinha uma dimensão ética muito definida. Recolham-se os sábios ensinamentos dos antepassados e conservavam-se os valores da moral. Dar continuidade aos valores, aos costumes, à tradição era a tarefa maior da escrita da história.

Podemos perceber, na leitura de Poster, que nos últimos trinta anos as estruturas da disciplina foram abaladas pelo efeito do “*juracão*” Foucault. A partir de suas análises,

os limites e a finalidade da História de legitimar a dominação ou de preservar o *status quo* foram amplamente expostos e criticados.

Seja como for, nesse modelo a História assim concebida era inscrita num tempo artificial, mas pensado como natural, que garantia a imobilidade da natureza humana e a verdade do sujeito universal (Cf. RAGO, 1995). Ela colocava no mesmo nível as práticas sociais, as experiências, as emoções, as ações humanas em geral, ao desconhecer suas temporalidades, suas singularidades, as diferenças, ao negar-se a problematizar o acaso, o desvio, assim como as próprias formas de exclusão que criava.

A construção, por exemplo, do tempo *contínuo*, da linha *evolutiva*, permitia a afirmação das permanências na história, projetando, de maneira retrospectiva, conceitos modernos para um passado idealizado. Além disso, não fazia parte da pauta de seus questionamentos a subjetividade, a *linguagem*, como se o historiador estivesse seguro e isento num espaço vazio e trabalhasse com *fatos-coisas* e não com *textos, interpretações* ou *práticas discursivas*.

As histórias relatadas tinham a ver exclusivamente com a pesquisa desenvolvida, mas não com um lugar supostamente de fora de que falava, mas nunca examinado. O historiador se escondia por trás dos fatos como um *observador* “neutro”, exterior à sociedade, mas senhor do tempo, procurando eliminar sua *subjetividade*.

Nos anos setenta, esse discurso começou a dar mostras de envelhecimento, o que ficou nítido quando o pensamento da diferença, de teóricos como Foucault, apontou para a lógica da identidade que o norteava. Com uma pedrada certa, quebrou o telhado de vidro e questionou as *metanarrativas* da dominação (da direita ou da esquerda). A utilidade da disciplina História, nesse momento em diante, passou a ser amplamente colocada em xeque junto com seus próprios métodos e procedimentos tidos como corretos e neutros (Cf. HUNT, 2001).

Dentre as possíveis *várias maneiras* de encaminhar a discussão, optamos por ater-mo-nos às proposições lançadas por Michel Foucault e Michel de Certeau. Embora diversos outros pensadores tenham colaborado de forma significativa nas problematizações apresentadas na maneira como se vinha fazendo a história, acreditamos que estes autores sejam emblemáticos para pensar o conceito de verdade - conceito fundamental para entendermos a construção das representações criadas sobre o ofício do historiador.

Foucault, ao questionar a quimera da origem, e De Certeau, ao pensar a escrita como prática discursiva, oferecem importantes instrumentos para pensar o nosso fazer.

Ao lermos esses autores temos nosso espírito tomado por uma forte inquietação perante o estudo da história. A nossa oficina, de repente, sente-se invadida por um aroma de dúvida. Aquela *sensação* de que algo precisa ser feito. De que precisamos abrir as janelas e deixar a luz do dia entrar.

a) A “quimera da origem” em Michel Foucault

(...) Foucault foi um crítico severo das interpretações teleológicas da

história em termos de progresso, evolução ou crescimentos da liberdade e do individualismo, apresentadas por Hegel e por outros filósofos do século XIX e que muitas vezes, na prática cotidiana dos historiadores, eram adotadas sem questionamento. Sua abordagem em termos de “genealogia”, um termo que ele tomou de Nietzsche, destaca os efeitos dos “acidentes” em lugar de traçar a evolução das idéias ou as origens do atual sistema.

Peter Burke

Se observarmos detidamente o comentário de Peter Burke, as formulações críticas de Michel Foucault sobre a história iam de encontro aos pressupostos fundamentais da História tradicional. Encontramos nele um demorar-se sobre o documentado, o efetivamente dito e o efetivamente feito; um cuidado meticuloso com a historicidade das palavras e das coisas, das práticas e dos discursos, dos objetos e dos sujeitos. Ao mesmo tempo, trata-se de um pensamento extremamente comprometido com a renovação da prática historiográfica a partir de uma crítica radical da própria razão histórica.

Entre as tantas contribuições para a História, Foucault demonstra a inexistência de quaisquer objetos intelectuais “naturais”. Todos os objetos são historicamente dados como objetos discursivos, sempre sujeitos a mudanças, que não podem oferecer uma base transcendental ou universal para o método histórico. Acreditar, por exemplo, que as palavras, ao longo do tempo, designaram ou significaram algo essencialmente idêntico a si mesmo é fruto da semântica idealista dos historiadores, por vezes, transvestidas de realismo, materialismo e cientificismo.

No clássico texto “Nietzsche, a Genealogia e a História”, compilado no *Microfísica do Poder* (1979), ele distingue a história “azul” dos historiadores, alicerçada na idéia de continuidade e na lógica da identidade, da história “cinza” genealógica, aberta para captar e debruçar-se sobre as rupturas, o acaso e as diferenças, sem subsunção ou submissão.

Inspirado por Friedrich Nietzsche, Foucault denuncia algumas ilusões que permeiam o universo dos historiadores, como as noções de *verdade objetiva e essência* a serem conquistadas pelo trabalho do conhecimento histórico, à qual se juntam as de continuidade, necessidade e totalidade. Para ele, essa miragem, que forja na oficina da História um discurso legitimador da figura do sujeito unitário e racional, deveria ser ela mesma investigada ao se pensar o fazer do historiador. A busca obstinada do passado – nosso elo perdido, nessa perspectiva, não almejava reencontrar os *fiões da continuidade* e nossa própria imagem na origem límpida do acontecimento, na fundação, mas sim perceber a que veio esse mesmo discurso conciliador:

Fazer genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção

escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar-se vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, como o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde estão, escavando os *bastfoud*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma (FOUCAULT, 1979: 19).

Mais ainda, o autor procuraria desvendar as sofisticadas *regras* de produção da *exclusão* na própria *construção discursiva* em que se arma a trama histórica.

Para Rago, décadas depois dessas denúncias foucaultianas, ficam evidentes nas

suas antigas advertências contra um olhar que perde as multiplicidades, que encerra sinteticamente em imagens e conceitos prontos, eliminando a historicidade e, portanto, a temporalidade própria dos fenômenos, quanto o convite para uma reflexão sobre nossas práticas de historiadores, sobre as ilusões envolvidas nesse jogo de contar o passado, como se fosse um contato direto com os mortos, acreditando-se revelar o que ‘de fato’ aconteceu (RAGO, In: DE ROSSI & ZAMBONI, 2003: 35).

Mais do que isso, a autora lê um *filósofo-historiador* que nos alerta contra a *ingenuidade* de falar de fantasmas, de contar histórias de personagens imaginados, de estar escrevendo uma “genealogia de fantasmas”, acreditando *falar dos indivíduos ‘de carne e osso’* (RAGO, In: DE ROSSI & ZAMBONI, 2003: 35).

A crítica do “moleque travesso”, como diria um amigo de ofício, à ciência e à noção de verdade – o *real* – atingiu radicalmente a própria produção do saber histórico, produção esta assentada em convicções humanistas como nos lembra Poster.

Dentre as *questões assustadoras* que Foucault apresenta aos profissionais da História, sem sombra de dúvida, uma das mais marcantes refere-se ao *estatuto da verdade ou real*, cuja posse lhes asseguraria um poder sem medidas e um grau de superioridade. A História assumiria, assim, a tranqüila condição de “Ciência”, acima do bem e do mal.

Revelar o que “realmente ocorreu no passado” definiria, afinal, a meta da pesquisa histórica, a convicção de que se poderia pisar em terra firme. Além disso, a posse do método “correto” de fazer história, dialético ou não, atribuía também um poder especial àquele iluminado que o utilizasse de forma competente.

Para ele, entretanto, representa menos interesse a negação do “real” propriamente dito do que um questionamento acerca de nossas arraigadas imagens fossilizadas sobre ele. Nesse momento, o autor chama-nos a pensarmos sobre com que representações do “real” lidamos quando invadimos os arquivos e bibliotecas. Essa reflexão fica mais intensa, sobretudo, quando trabalhamos na luta pelo direito à memória – cada qual defende o “seu real” como sendo um universal, “o verdadeiro real” encontrado no passado.

Em debate com o historiador Jacques Léonard, em 1980, Foucault defende

melhor suas posições quanto ao estatuto do real na sociedade:

É preciso desmistificar a instância global do real como totalidade a ser reconstruída. Não existe ‘o’ real que nós reencontraríamos se falássemos de tudo ou de certas coisas mais ‘reais’ do que outras, e que nos faltaria em proveito de abstrações inconseqüentes, se nos limitássemos a fazer aparecer outros elementos e outras relações. Deveríamos talvez interrogar o princípio, freqüentemente implicitamente aceito, de que a única realidade á qual a história deveria pretender, é a própria sociedade. Um tipo de racionalidade, uma maneira de pensar, um programa, uma técnica, um conjunto de esforços racionais e coordenados, objetivos definidos e perseguidos, instrumentos para atingi-lo, etc. tudo isso é real, mesmo se não pretende ser a própria ‘realidade’, nem a ‘sociedade’ inteira. E a gênese desta realidade, desde que se faça intervir os elementos pertinentes, é perfeitamente legítima. (...) Isto é o que o historiador construído pelo sr. Léonard (que Foucault denomina ‘o cavaleiro da exatidão’) não entende (escuta), no sentido estrito do termo. Para ele, não há senão uma realidade que é, ao mesmo tempo, ‘a’ realidade e ‘a’ sociedade (FOUCAULT, 1994).

Ao questionar os *limites* e (mesmo os *preconceitos*) deste modelo de história que se fazia, Foucault inicia um *processo de libertação* deste ofício. Ele serrava as correntes que prendiam o historiador e a disciplina as formas fechadas de se pensar e representar o tempo, o espaço, o passado, a verdade. A *autonomização* da História, formulada por ele, possibilitou uma crítica voraz dos procedimentos metodológicos que levam a *determinados efeitos, a relações de poder, a construções autoritárias do passado e que, para além dos sujeitos excluídos, suprimem o contato direto com as experiências da liberdade, inventadas e usufruídas por nossos antepassados* (RAGO, In: DE ROSSI & ZAMBONI, 2003: 39).

Enfim, para ele, *trata-se de fazer da história um uso que a liberte para sempre do modelo, ao mesmo tempo, metafísico e antropológico da memória. Trata-se de fazer da história uma contra memória e de desdobrar conseqüentemente toda uma outra forma de tempo* (FOUCAULT, 1979: 33).

Ao apresentar outras maneiras de pensar a história, Foucault defende necessariamente um amplo questionamento dos conceitos como o de verdade, os procedimentos tradicionais de produção do conhecimento histórico, as representações do passado com que operamos e dos usos que fazemos de sua construção.

O *querer-saber*, na sua leitura, não se aproxima de uma verdade universal:

ela não dá ao homem um exato e sereno controle da natureza; ao contrário, ele não cessa de multiplicar os riscos; ele sempre faz nascer os perigos; abate as proteções ilusórias; desfaz a unidade do sujeito; libera nele tudo o que se obstina a dissociá-lo e a destruí-lo. Em vez de o saber se separar, pouco a pouco, de suas raízes empíricas, ou das primeiras necessidades que o fizeram nascer, para se tornar pura especulação submetida às exigências da razão; em vez de estar ligado, em seu desenvolvimento, à constituição e à afirmação de um sujeito

livre, ele traz consigo uma obstinação sempre maior; a violência instintiva se acelera nele e cresce; as religiões outrora exigiam o sacrifício do corpo humano; o saber conchama hoje a experiências sobre nós mesmos, ao sacrifício de conhecimento (Foucault, 1979: 36).

Michel Foucault, assim como Hayden White, autor de *Metahistória* (1995), buscava uma *saída* para os impasses que a disciplina enfrentava, defendendo a importância de libertar a História da imagem da ciência construída no século XIX.

b) As “artes de fazer” em Michel de Certeau

Michel de Certeau era um homem de múltiplas facetas, que poderia adequadamente ser descrito como teólogo, filósofo, psicanalista, antropólogo e sociólogo. Ele se identificava primeiramente como historiador, e deu contribuições importantes para a história do misticismo, da historiografia e da linguagem.

Peter Burke

Este historiador, como destaca Peter Burke, foi um dedicado estudioso de religião e experiências místicas entre os séculos XVI e XVII, sendo *Possession de Loudun* (1970) uma de suas principais obras. Michel De Certeau também escreveu sobre a epistemologia da História e sobre a multiplicidade da cultura, sendo respeitado não apenas pelo mundo acadêmico, mas também pelo governo francês. Os textos do autor sobre cultura, ação cultural, políticas culturais trouxeram vários convites para que ele fizesse pareceres e relatórios para Casa de Cultura e comissões de planejamento do Estado francês. Inclusive alguns desses textos estão compilados em *A Cultura no Plural* (1995 [1974]).

Entre as várias obras publicadas por este historiador, estão *A Escrita da História* (2000 [1975]) e *A Invenção do Cotidiano* (1994 [1980]). Estas obras contêm as visões do autor sobre a História e a oficina historiográfica, mesmo que a única obra que tenha esse objetivo específico seja *A Escrita da História*.

Alguns argumentos deste autor devem ser salientados aqui, principalmente aqueles que se relacionam com a produção historiográfica, aproximando-se assim daquilo que tem sido dito sobre a História Cultural.

Um primeiro ponto a ser abordado é a preocupação que De Certeau dava a *multidisciplinaridade*, principalmente à Linguística e à Antropologia. Como já observado, a importância dos *estudos de linguagem* é central nas teorias da História Cultural. Para o autor, a multidisciplinaridade permitiria captar o monumento histórico de um ponto de vista mais amplo.

Contudo, centrando nossa discussão em suas preocupações com a Linguística, o que notamos é a relevância que o autor depositava na *escrita* da História. Para De Certeau, a escrita da história é o *discurso da separação*, através do qual o historiador pretende aprisionar o que da realidade que estuda transparece em seus resquícios. O discurso

histórico é produzido de uma maneira deslocada em relação à realidade passada, uma vez que, na sua análise, o passado não pode ser aprendido totalmente, não só pelas limitações dos métodos historiográficos (recortes, triagem, inteligibilidade presente), mas, principalmente, devido ao *lugar* de onde fala o historiador.

Um aspecto importante na sua análise é o *lugar do historiador*, os pressupostos que fazem parte da sua produção. De Certeau salientou que este profissional *produz* seu trabalho a partir do *presente*, das preocupações de sua realidade, fazendo de seu discurso um “discurso particularizado”, que tem um *emissor*, o historiador, e um *destinatário*. Essa discussão implica numa constatação vital para o autor: *não podemos falar de uma verdade, mas de verdades*.

Assim como Foucault e White, a idéia de verdade universal é igualmente refutada para De Certeau. O que a História, na sua compreensão, pode produzir são “verdades”, subjugadas não só pelos limites das pesquisas históricas, mas também influenciadas pelo presente do historiador: *A historiografia mexe constantemente com a história que estuda e com o lugar onde se elabora* (DE CERTEAU, 1995: 224).

O que devemos apreender é a preocupação do autor em não negar a possibilidade de alcançar uma verdade, a verdade do historiador.

Assim como Foucault, a objetividade do discurso do historiador, para De Certeau, não estaria mais relacionada com visões acabadas, definidas ou fechadas; o trabalho do historiador residiria na busca por *possibilidades, hipóteses de abordagens* ligadas as suas preocupações específicas, daí a *existência de verdades*. Essa mudança de perspectiva introduziria a utilização da imaginação frente ao discurso homogêneo e do uso mais profundo da linguagem na construção histórica.

Em relação à história do ensino, De Certeau, na mesa redonda “A História – uma paixão nova”, apresenta uma profunda reflexão sobre os manuais escolares adotados nas aulas de História. Para ele, dentro da *cultura escolar* o livro didático continua a ser um instrumento autoritário, uma vez que este, dentro dos seus conteúdos e propostas, esconde ou camufla o *modo de produção* das representações que fornece, a sua relação com os arquivos, com um meio histórico, com as problemáticas contemporâneas que influenciam na sua fabricação. Em outras palavras,

o manual fala da História, mas não mostra a sua própria historicidade. Através deste déficit metodológico, impede ao estudante a possibilidade de ver como tudo se origina e de ser ele próprio produtor de História e de historiografia. Impõe o saber de uma autoridade, quer dizer, uma não-História. Ao nível dos manuais há, pois, um grande trabalho a fazer para introduzir o estudante, como ator, na cidade historiográfica. Então o manual poderia ser o cavalo de Tróia de uma fazer da História e de um fazer a História (DE CERTEAU, In: LE GOFF ET AL, 1984: 13).

Muita da sua crítica está na sua *idéia de leitura* e de *recepção*, como evidencia Peter Burke:

Os chamados ‘teóricos da recepção’, entre os quais incluo o jesuíta antropólogo-historiador Michel de Certeau, substituíram a tradicional suposição de recepção passiva pela nova de adaptação criativa. Afirmam que ‘a característica essencial da transmissão cultural é que tudo o que se transmite muda’. Adaptando a doutrina de alguns padres da igreja, que recomendavam aos cristãos que ‘saqueassem’ a cultura pagã da mesma maneira que os israelitas saquearam os tesouros dos egípcios, esses teóricos enfatizam não a transmissão, mas a ‘apropriação’. Como os filósofos escolásticos medievais, afirmam que ‘tudo é recebido, e recebido segundo a maneira do recebedor’. A posição deles pressupõe uma crítica à semiótica, ou mais exatamente um historicização da semiótica, pois nega a possibilidade de encontrar sentidos fixos nos artefatos culturais (BURKE, 2000: 248).

A teoria desenvolvida por De Certeau sobre a *história da leitura* pode ser sintetizada nesta passagem do texto “Ler: uma operação de caça”, publicado no livro *A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer* (1994):

Com efeito, ler é peregrinar por um sistema imposto (o do texto, análogo à ordem construída de uma cidade ou de um supermercado). Análises recentes mostram que ‘toda leitura modifica o seu objeto’, que (já dizia Borges) ‘uma leitura difere de outra menos pelo texto que pela maneira como é lida’, q que enfim um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido. Se portanto ‘o livro é um efeito (uma construção) do leitor, deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de *lectio*, produção própria do ‘leitor’. Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles. Destaca-os de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações. Essa atividade ‘leitora’ será reservada ao crítico literário (sempre privilegiado pelos estudos sobre a leitura), isto é, novamente a uma categoria de funcionários, ou pode se estender a todo o consumo cultural? Esta pergunta à qual a história, a sociologia ou a pedagogia escolar deveriam trazer elementos de resposta (DE CERTEAU, 1994: 264-5).

O *leitor*, na leitura deste autor, seria um “produtor de jardins que *miniaturizam* e *congregam* o mundo” ou *viajantes* que circulam nas terras alheias,

nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los. (...) A leitura não tem garantias contra o tempo (a gente se esquece e esquece), ela não conserva ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por

onde ela passa é repetição do paraíso perdido (DE CERTEAU, 1994: 271-2).

A maior parte das discussões aqui apresentadas deste autor faz parte dos *questionamentos* da historiografia recente. As *saídas* apresentadas por De Certeau encontram eco, em maior ou menor grau, nos trabalhos de alguns historiadores, principalmente aqueles ligados à História Cultural (Cf. CHARTIER, 1999). A *multiplicidade cultural* e a *consciência* da participação do historiador na construção de “verdades históricas”, ou melhor, do real são preceitos, segundo o autor, fundamentais para que a historiografia possa se desenvolver.

3) Uma pergunta, nenhuma sentença e incertezas necessárias

Problemas correntes continuam sem solução – pelo menos ainda sem solução que satisfaça a todos – e novos problemas deverão surgir.

Peter Burke

As proposições lançadas por estes autores, guardando as devidas particularidades, aproximam-se da concepção de História Cultural esboçada por Mark Poster, que evidencia a importância da constituição do sujeito na base dos seus alicerces:

Eles precisam entender a história cultural como o estudo da construção do sujeito, a extensão do que e os mecanismos através do qual indivíduos são presos às identidades, as formas e características destas identidades, o papel que o processo de constituição de si assume na interrupção ou estabilização das formações políticas, e as relações de todos estes processos com as distinções de gênero, etnicidade e classe (POSTER, 1997: 10)

Se Michel Foucault e Michel de Certeau, guardadas as devidas diferenças, estão de acordo quanto à importância da idéia da história como construção cultural, então toda história pode ser tida como história cultural. Para Burke, tal afirmação faz sentido quando se imagina a quantidade de títulos publicados a partir dos anos 1980 fazendo uso das palavras “invenção”, “construção” ou “imaginação” – conceitos muito latentes na escrita da história de autores como Foucault e De Certeau.

A *oficina do historiador* não seria mais a mesma depois das visitas destes *ilustres* senhores.

Bibliografia

- APPLEBY, J. *et al.* *Telling the Truth About History*. New York: Norton, 1994.
- BONNELL, V. E. & HUNT, L. A. (orgs.). *Beyond the Cultural Turn*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales (1939-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Ed. da UNESP, 1990.
- _____. *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- _____. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. *Variedades de História Cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.
- _____. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priore. 2 ed., Brasília: Ed. da UnB, 1999.
- DE CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.
- _____. *A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Lopes. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *Cultura no Plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.
- DOSSE, F. *A história em migalhas*. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. São Paulo: Ed. Da UNICAMP/Ensaio, 1992.
- FEBVRE, L. *Combates pela História*. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1986.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits*, vol. IV. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *História da Sexualidade (I. Vontade de saber; II. O uso dos prazeres; III. O cuidado de si)*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque & J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HUNT, L. A. (Org.). *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

JENKINS, K. *A História Repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, J. et al. *A Nova História*. Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa, Edições 70, 1984.

POSTER, M. *Cultural History and Postmodernity*. New York: Columbia University Press, 1997.

RAGO, L. M. & GIMENES, R. A. de O. (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história – Coleção Idéias*. Campinas, SP: Gráfica do IFCH/UNICAMP, 2000.

RAGO, L. M. A 'Nova' Historiografia Brasileira. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, n. 11: pp. 73-96, 1999.

_____. O Historiador e o Tempo. In DE ROSSI, V. S. & ZAMBONI, E. (Orgs.). *Quanto tempo o tempo tem!* Campinas: Editora Alínea, 2003.

STONE, L. History and Post-modernism. *Past & Present*. n. 131: pp. 217-18, 1991.

WHITE, H. *Trópicos do Discurso*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. *Metahistória*. Tradução de José L. de Melo. 2 ed., São Paulo: EDUSP, 1995.